
Faz de conta: patriarcado e ambiguidade no capítulo 36 de *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, e em “Nada e a nossa condição”, de Guimarães Rosa
Make-believe: Patriarchy and Ambiguity in Chapter 36 of Saint Bernard, by Graciliano Ramos, and in “Nothing and Our Condition”, by Guimarães Rosa

Autoria: Vinícius Cardoso Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0226-8898>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6989280051065054>

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2024.222577>

URL do artigo: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/222577>

Recebido em: 29/02/2024. Aprovado em: 25/05/2024.

Editores responsáveis: Admarcio Rodrigues Machado e Leandro Antognoli Caleffi

Opiniões – Revista dos Alunos de Literatura Brasileira

São Paulo, ano 13, n. 24, jan./jun., 2024. E-ISSN: 2525-8133

Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Website: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes>. Contato: opiniaes@usp.br

 [fb.com/opiniaes](https://www.facebook.com/opiniaes)

 [@revista.opiniaes](https://www.instagram.com/@revista.opiniaes)

 <https://usp-br.academia.edu/opiniaes>

Como citar (ABNT)

ALVES, Vinícius Cardoso. Faz de conta: patriarcado e ambiguidade no capítulo 36 de *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, e em “Nada e a nossa condição”, de Guimarães Rosa. *Opiniões*, São Paulo, ano 13, n. 24, jan./jun., pp. 180-201, 2024. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/222577>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2024.222577>. Acesso em: XX mês. 20XX.



Licença Creative Commons (CC) de atribuição (BY) não-comercial (NC)

Os licenciados têm o direito de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes e que sejam para fins não-comerciais.

A revista *Opiniões* não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

faz de conta:
patriarcado e
ambiguidade no
capítulo 36 de
são bernardo, de
graciliano ramos,
e em “nada e a nossa
condição”, de
guimarães rosa

Make-believe: Patriarchy and Ambiguity in Chapter 36 of Saint Bernard, by Graciliano Ramos, and in “Nothing and Our Condition”, by Guimarães Rosa

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2024.222577>

Vinícius Cardoso Alves¹

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0003-0226-8898>

 <http://lattes.cnpq.br/6989280051065054>

 cardoso_vinicius@usp.br

¹ Vinícius Cardoso Alves graduou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). É mestrando em Literatura Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Por muito tempo, acreditou-se que o Brasil, após a Revolução de 1930 e o Governo Juscelino Kubitschek, havia conquistado as premissas básicas de um Estado de Direito. Contudo, não parecia fazer parte das reformas e promessas liberais contidas nas campanhas desenvolvimentistas de ambos os períodos a integração das massas pobres do país, que permaneciam distantes da condição cidadã. Dito de outro modo, resquícios da sociabilidade colonial pareciam se integrar à modernização do país, que ganha contornos peculiares. A representação desse complexo processo que se estendeu por três séculos parece estar presente no faz de conta que Paulo Honório, protagonista do romance São Bernardo (1934), de Graciliano Ramos, e Tio Man'Antônio, herói de “Nada e a nossa condição”, conto do livro Primeiras Estórias (1962), de Guimarães Rosa, criam para reformar a si próprios e ao mundo, sugerindo sociabilidades mais igualitárias. Assim, este artigo analisa como a ficcionalização de reformas por parte de dois representantes da ordem acusa a contrapelo as inconformidades do processo social de acumulação privada e de assimilação dos homens livres pobres em diferentes momentos históricos da Nação.

Palavras-chave

Faz de conta. Forma literária e processo social. Graciliano Ramos. Guimarães Rosa.

Abstract

For a long time, it was believed that Brazil, after the 1930 Revolution and the Juscelino Kubitschek Government, had achieved the basic premises of a Rule of Law. However, the integration of the country's poor masses, who remained far from citizenship, did not seem to be part of the reforms and liberal promises contained in the developmental campaigns of both periods. In other words, remnants of colonial sociability seemed to be integrated into the country's modernization, which took on peculiar contours. The representation of this complex process that lasted three centuries seems to be present in the make-believe of Paulo Honório, protagonist of the novel São Bernardo (1934), by Graciliano Ramos, and Tio Man'Antônio, hero of “Nothing and our condition”, a short story from the book First stories (1962), by Guimarães Rosa, they create to reform themselves and the world, suggesting more egalitarian sociability. Thus, this article analyzes how the fictionalization of reforms by two representatives of the order counteracts the nonconformities of the social process of private accumulation and assimilation of poor free men in different historical moments of the Nation.

Keywords

Make-believe. Literary form and social process. Graciliano Ramos. Guimarães Rosa.

1. introdução

Como se sabe, no Brasil, as grandes zonas e áreas rurais permaneceram ao longo do regime colonial desassistidas de formas de legislação e ordem devido à ausência de um Governo central. Como resultado, os patriarcas assumiram o papel deixado pelo Estado, concentrando o poder em si próprios não só por meio da “posse dos meios de produção, que é a terra” (Carone, 1971, p. 86), como dos seus membros familiares e dos homens e mulheres que ali habitavam, que dependiam do patriarca para receber alimentação, moradia e formas de cultivo da terra, além de sua proteção contínua.

À dependência familiar ajunta-se a dependência dos agregados: escravos, ex-escravos, trabalhadores de eito assalariados, todos necessitam do trabalho, alimentação e proteção do senhor. E a forma de autoridade é tão larga que se estende também para os domínios próximos do pequeno comércio e dos profissionais liberais que circulam na zona, pois, a pressão pessoal ou política permite o domínio sobre todos (Carone, 1971, p. 86).

A relação de *favor* entre o mandante e os homens pobres, aparentemente amistosa, guardava, contudo, assimetrias incontornáveis: com o protecionismo do senhor, o empregado teria de acatar e respeitar todos os seus mandos. Em uma organização social privada de esferas participativas e com limitadas possibilidades de subsistência e trabalho, a população pobre tinha de recorrer à falsa escolha entre obedecer ou permanecer na miséria comum, situação incontornável que estabelecia um tipo específico de dependência, uma vez que a ordem social local se organizava conforme os mandos e ditos do patrão aos empregados, esses cuja existência dependia da observância e agrado daquele. Dividindo-se em espécies de feudos, as grandes e independentes unidades de terra agropecuárias assumiam caráter antiparticipativo, porque a ausência de alternância de poder concentrava a ordem social na figura do coronel e este assumia diferentes papéis necessários à sociabilidade, como a função de juiz, pai, religioso, figura moral e homem de força. O patriarcado, assim, se caracterizava pela monopolização do poder pelo coronel, figura que afirmava seu domínio pela violência e de cuja ambiguidade se alternava entre pai e patrão, protetor e senhor, contratador e dono interrupto, benevolente e mandante sempre próximo de seus explorados sem jamais promover a inclusão destes nas decisões que afetam suas próprias vidas.

Nada mais poderia estar distante dos princípios do Estado de Direito, como, por exemplo, o acesso à justiça, o cumprimento da legalidade e a isonomia de julgamento imparcial para todas as pessoas em oposição às apreciações e convicções do coronel; a divisão de poderes em oposição à concentração de funções assumidas unicamente pelo patriarca; a autodeterminação, igualdade e o direito à liberdade individual da população na escolha integral de seu próprio destino em oposição ao cumprimento direto e inviolável das ordens do mandante.

Tanto a obra de Graciliano Ramos (1892-1953), quanto a obra de Guimarães Rosa (1908-1967), por sua vez, são atravessadas pelo tema do patriarcado. Muitas de suas personagens vivem as contradições sociais e subjetivas desse sistema não só no modo de encarar a realidade, mas na própria maneira de

viver e de se reinventar. Tal movimento parece estar presente no romance *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos, e em “Nada e a nossa condição” presente no livro de contos *Primeiras histórias* (1962), de Guimarães Rosa, que representam a trajetória de ascensão e de despojamentos de dois patriarcas. A passagem de séculos entre ambas as narrativas deveria indicar, supõe o leitor, a superação de antagonismos constitutivos do país, posto que a ascensão do capitalismo industrial a partir da Revolução de 1930 e, posteriormente, a tentativa de consolidação do Estado de Direito durante o governo J.K. pareciam afirmar que as formas arcaicas de violência, constitutivas de nossa formação nacional, tinham ficado para trás, avançando formas modernas de ordenação civil sob as regiões agrárias do interior em detrimento da dissolução das esferas de um mundo sem Lei, como o Sertão.

Ambas as narrativas tentam atribuir algum sentido e unidade para os lances da vida dos mandatários, que se embrenham em modos ficcionais ou reais de reformar a antiga ordem do mundo por meio de um “faz de conta” que se aproxima da esfera do mito. Pouco a pouco, contudo, o cotejo entre os projetos modernizantes engendrados pelos protagonistas revela a manutenção de formas residuais do patriarcado, como o domínio e condição de miséria dos pobres. A contradição aparente entre o que é mito e o que é realidade, contudo, ganha razões e significados mais complexos e indissociáveis ao longo do convívio com o texto literário, local em que as relações patriarcais ganham ambiguidades mais complexas e constitutivas. Cabe ao leitor, desse modo, a tarefa de decifração das contradições contidas nessas reformas, a fim de reconhecer o sentido histórico-social latente por detrás das soluções modernas e feições míticas das narrativas, como este trabalho pretende fazer. Assim, o artigo intui investigar aspectos do patriarcado presentes nas propostas de reformas interiores e exteriores dos protagonistas e como elas carregam um conteúdo social que surge atrelado ao mito.

Com base nessas afirmações, a mudança de décadas entre as duas obras manteve as mesmas relações patriarcais de exclusão e negação da autonomia dos pobres? De que modo as tentativas imaginadas ou concretas de reformar a ordem do mundo conservam elementos arcaicos e se inserem em problemáticas da Nação? Pode a forma do mito, por fim, conduzir a narrativa moderna à compreensão profunda das tensões e contradições da realidade?

2. o mundo intocado

Ao longo de *S. Bernardo*, acompanhamos dois planos de desenvolvimento, como reconheceu Valentim Facioli (1993, p. 50): os bastidores da composição literária e os motivos pessoais que levaram o narrador-protagonista ao exercício da escrita, de um lado, e as ações do jovem protagonista sedento por conquistar o mundo, de outro. Ao passo que o jovem Paulo Honório, no tempo relatado e pregresso, empreende a ação, o protagonista maduro e compositor de suas memórias, no tempo do relato atual, reflete e tenta atribuir significado aos lances que aplacou. “Afinal, cansado daquela vida” brutal, só lhe resta unificar as pontas de sua existência relembando episódios. Enquanto no romance de 1934 o narrador assume o objetivo de entender e atribuir sentido às experiências do passado, coincidindo a consciência presente do protagonista com o tempo da narração, o narrador de “Nada e a nossa condição”, por sua vez, busca tornar “lendária”

(Pacheco, 2006, p. 202) a figura do Tio Man'Antônio, seu antepassado, se distanciando do tempo da estória que narra. Desse modo, propõe contá-la com indeterminações e feições de causo popular, próprias dos interiores sertanejos. Afirma, logo de cara, que “ninguém conheceu uma vez um homem”, situando a narrativa na dimensão longínqua do mito. A lonjura espacial da “fazenda” de seu Tio, “cuja sede distava de qualquer outra talvez mesmo dez léguas” (Rosa, 2016, p. 84), reafirma o distanciamento entre o tempo da enunciação, do enunciário que fala no presente, e o tempo do enunciado. Toda ação do narrador pretende, então, afirmar a suspensão da História na “lenda” (Pacheco, 2006, p. 202) para recompor os lances significativos da vida do patriarca.

Na primeira parte de suas vidas, a consciência dos protagonistas e o mundo são um só, pois nada desafia a harmonia do mundo rural e de sua ordem oligárquica. Como se sabe, Paulo Honório principia pobre e torna-se figura mandante por meio de golpes, impondo sob a realidade sua vontade e seu ritmo veloz tal qual um “dínamo”, como nomeou João Luiz Lafetá (1978, p. 206). Seu primeiro ato arbitrário consistiu em “esfaquear João Fagundes” devido ao seu envolvimento com Germana. Depois, toma posse da fazenda S. Bernardo emprestando dinheiro ao Padilha, o proprietário, instigando-o a investir nas terras mesmo sabendo que o “pexote” não possuía tino comercial. A dívida dos empréstimos aumenta e Paulo vem cobrar Padilha com “faca no peito” ao lado do capanga Mendonça, “engolidor de terras” e homens. Em meio a ameaças com “corda”, Padilha incita chamar o advogado e a justiça, mas o imputador não recua. “Eu me importo com lei?”, é sua resposta. Sem recurso para pagar, o proprietário, após Paulo “ameaçá-lo com as mãos”, vende a fazenda. Tornando dono, surge outro obstáculo para o protagonista: o domínio do velho Mendonça, mandante na região. Nada disso, contudo, é limite para o seu avanço desenfreado em busca de acumulação privada. O inimigo morre com um tiro no peito. Logo depois, amplia os limites da fazenda e se casa com Madalena, com quem tem conflitos diários, oprimindo-a de todas as formas. Nesse sentido, nada pode ameaçar o seu domínio que se estende às relações trabalhistas e conjugais. Pouco antes de sua esposa falecer, no capítulo 31, percorre suas terras, reconhecendo nelas o projeto concluso de sua vida. Assim, “desci, pois, as escadas em paz com Deus e com os homens” (Ramos, 2009, p. 93), pois o mundo se ajusta conforme as suas vontades. Por ali, sua voz é lei.

Do mesmo modo, Tio Man'Antônio também detém a ordem do mundo em suas mãos. Conta o narrador que morava numa casa-grande “assobradada, alicerçada fundo, de tetos altos, longa, e com quantos sem uso corredores e quartos” (Rosa, 2016, p. 84) e cercada por uma “diversidade de servos”. O mundo e o protagonista andavam de comum acordo e, quando este ia contemplar a propriedade, cavalgava “galgando caminhos fragosos” e “em rigoroso traje”. O fazendeiro era o emblema do poderio, distinto dos seus empregados e por eles admirado “serra acima”. Daí que “avistavam-no, pontuando o claro do ar” em toda a sua força e domínio. Figura não só valente, como tornado abnegado pelo narrador, pois não importava o que houvesse, “demais não se ressentisse, também, de sequeidão, solidão, calor ou frio, nem do cotidiano desconforto tirava queixa” (Rosa, 2016, p. 85). Ausente de contradições, a simplicidade moral e a força indistinta traçam a figura impassível do dono do mundo tanto como patrão, quanto como pai, já que “esperava-o lá a mulher, Tia Liduma, de árdua e imemorial cordura, certa para o nunca e sempre. E rodeavam-no as filhas, singelas, sérias, cuidosas, como

supridamente sentiam que o amavam” (Rosa, 2016, p. 85). Dentro e fora de casa, cultuavam e “salvavam-no, com invariável sus'Jesus” e, como núcleo da ordem, só restava ao fazendeiro mirar as terras sob seu domínio. “Tanto contemplava-as, feito se, a elas, algo, algum modo, de si, votivo, o melhor, ofertasse: esperança e expiação, sacrifícios” (Rosa, 2016, p. 85). O narrador, desse modo, procura mitificar o antepassado, como analisou Lucas Simonette (2021, p. 90), atribuindo-lhe valores morais para conferir verossimilhança à narrativa oficial. Nesse sentido, “recontar a vida do tio dará legitimidade realista à lenda e nobreza à família” (Pacheco, 2006, pp. 201-202).

3. O luto

O tom harmonioso entre os protagonistas e o mundo assume feições problemáticas com a morte de Madalena e Tia Liduma, suas esposas. A partir desse momento, a consciência dos protagonistas torna-se objeto de incompreensão aparente, desencadeando uma narrativa cada vez mais próxima da esfera do mito e atravessada pela tentativa real ou fictícia de reformar a vida patriarcal, como ocorre no capítulo 36, de *S. Bernardo*. Com a derrocada dos negócios diante da chegada da Revolução de 30, por um lado, e da culpa que emerge das memórias da falecida esposa, do outro, Paulo Honório se encontra em situação dramática. Afinal, “faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis. E quando os amigos deixaram de vir discutir política, isto se tornou insuportável” (Ramos, 2009, p. 108). Sua vida “gorou”. A partir desse momento, o “dínamo emperrado” (Lafetá, 1978, p. 209) passa em revista os motivos de sua derrota e, ao mesmo tempo, se embrenha no andamento de “um negócio confuso de porcos”. A tentativa de sobrepor a lógica pragmática é interrompida, no entanto, pelo “grito de coruja”, que desconcerta a racionalidade objetiva, envolvendo o ambiente numa dimensão mística que assume o primeiro plano. Embora o herói tente refugar o desconcerto interior, ao “mandar no dia seguinte Marciano ao forro da igreja”, não consegue afastar as sombras que o atormentam. Razão e empiria, pensamento comercial e fantasmagoria, esclarecimento e obscurantismo anunciam os extremos em que o capítulo e a consciência do narrador oscilam.

Cumprido o negócio “dos porcos”, Paulo Honório abandona o plano comercial para tentar “construir o livro” e o motivo da escrita se impõe novamente. No entanto, “nem sabia começar a tarefa, redigi um capítulo” (Ramos, 2009, p. 108) apenas. Imaginando formas de contornar o incômodo estado atual, confessa o motivo que o levou a “compor esta história” que deu origem ao trecho do romance: a ação da escrita atua, segundo supõe, como caminho de formulação para o entendimento de sua vida e para recuperar o momento em que ela perdeu seu sentido. Melancólico e solitário, o drama íntimo ganha contornos trágicos, de modo que a narração objetiva da vitória pessoal dá lugar ao canto elegíaco da derrota econômica e moral do protagonista, como descreveu Valentim Facioli (1993, p. 50). Solitário e contemplativo, o protagonista mete-se numa tarefa das mais difíceis: cavoucar a bruteza interior, explorar os vagões da interioridade em detrimento dos lances comerciais da fazenda. Em suma, destrói a lógica econômica para construir alguma humanidade que lhe resta, como analisou Antonio Candido (2006, p. 42). Embora ensaie alguma forma de esclarecimento, a atmosfera de misticismo insurge,

afinal aquela é a “hora em que os grilos cantam e a folhagem das laranjeiras se tingem de preto” (Ramos, 2009, p. 108). Tenta racionalizar e “canalizar” o que fosse no papel, mas “esta prosa que se derrama como a chuva da serra” escapa ao seu controle e expande seus pensamentos sobre o texto, ou seja, tenta arranjar sem sucesso os fatos pregressos para compor o livro e, ao mesmo tempo, organizar a condição aflitiva de sua consciência.

Um profundo “desgosto” se arma, como resultado, traçando um perfil culposo de um “homem arrasado”: toma consciência, enfim, dos seus “cinquenta anos perdidos, cinquenta anos gastos sem objetivo, a maltratar-me e a maltratar os outros. [...] Comer e dormir como um porco! Como um porco!” (Ramos, 2009, p. 108). Parágrafos atrás negociava a compra de suínos, mas agora se reconhece como um deles, assumindo uma feição animalizada, de modo que toda a lógica econômica que adotou se revela inútil nesse momento. No meio da terra arrasada, nada cresce, “secando” as formas de vida, como se o encanto do mundo fosse tragado. Sem o domínio pleno da propriedade para constituir a integralidade da consciência, já que os seus vizinhos “avançam” sob suas terras, Paulo Honório se torna cada vez mais perturbado e apequenado, uma vez que toma consciência de sequer ter concluído alguma “obra proveitosa” em sua vida.

O mundo de Man’Antônio, por sua vez, é revirado do avesso com a morte inesperada de sua esposa: “Sua mulher, Tia Liduína, então morreu, quase de repente, no entrecorte de um suspiro sem ai e uma ave-maria interrompida...” (Rosa, 2016, p. 85). Aquele que andava certo e dono de tudo, agora figurava pequeno, “por detrás de si mesmo, pondo-se de parte”, apequenado e transformado em “uma outra espécie, decorosa, de pessoa, de olhos empalidecidamente azuis. Mas fino, inenganador, o rosto, cinzento moreno” (Rosa, 2016, p. 86). No entanto, enquanto Paulo Honório assume aos poucos a viuvez, o luto de Man’Antônio se converte rapidamente em moção para buscar alternativas de reencaminhar sua vida em nova disposição. Afinal, “as filhas e ele choraram; mas com o poder de uma liberdade, que fosse qual mais forte e destemida esperança” de manter a plenitude de sua existência, como se da perda recorresse a mais estranha motivação de vida. Uma de suas filhas, que partilhava “o comum da dor”, indaga se haveria novamente “algum tempo de felicidade”, mas o viúvo apenas diz: “Faz de conta, minha filha... Faz de conta”. A resposta rompe a expectativa lógica que viria pressupor a fixação na realidade como meio de superação, em lugar do conserto do mundo pela fabulação. Antes, a disposição logo em sequência entre pergunta e resposta sugere que viver e fabular são duas ações complementares, no qual uma pode substituir a outra quando necessário. Nesse sentido, “existir é fazer de conta, é o inventar, o criar, o superar” (Quintella, 2019, p. 16). Em meio à tragédia anunciada, a expressão “fazer de conta” para o viúvo age como solução para o desencanto da realidade, ou seja, ele aposta na fabulação como maneira de reconstituição da História.

4. o faz de conta

A partir da situação narrada, ambos os patriarcas enlutados tentam suprimir o drama íntimo por meio de reformas fictícias ou factuais. A morte da companheira, desse modo, faz emergir nos mandatários a necessidade de construir uma nova ordem, projetando mudanças interiores na reconstituição de suas

subjetividades e que são projetadas, como consequência, nas formas de socialidade local. Paulo Honório, por exemplo, imagina corrigir sua bruteza por meio de uma vida de pobreza ao lado de Margarida, a mulher que o criou:

Se houvesse continuado a arear o tacho de cobre da velha Margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta. Falaríamos pouco, pensaríamos pouco, e à noite, na esteira, depois do café com rapadura, rezaríamos rezas africanas, na graça de Deus.

Se não tivesse ferido o João Fagundes, se tivesse casado com a Germana, possuiria meia dúzia de cavalos, um pequeno cercado de capim, encerados, cangalhas, seria um bom almocreve. Teria crédito para comprar cem mil-réis de fazenda nas lojas da cidade e pelas quatro festas do ano a mulher e os meninos vestiriam roupa nova. Os meus desejos percorreriam uma órbita acanhada. Não me atormentariam preocupações excessivas, não ofenderia ninguém (Ramos, 2009, p. 109).

Por meio do devaneio, o protagonista projeta sua felicidade no passado de uma condição pobre de vida como “desgraçado”, mas numa forma de socialidade menos violenta e mais humana, anulando suas ações pregressas (“se não tivesse ferido o João Fagundes”) em favorecimento de projeções honestas (“um pequeno cercado de capim”) e do convívio pacífico com sua mãe e Germana, imaginada esposa. Com a primeira teria uma “existência quieta”, com a segunda daria “roupa nova” e “quatro festas do ano”, exercendo o convívio pacífico. Já “não ofenderia ninguém”, nem praticaria a violência do mando, de modo que a precariedade da forma de vida imaginada parece assimilar os aspectos primários de sua humanidade perdida. Assim, “cantaria por estes caminhos”, vivendo em paz e harmonia “na graça de Deus”. Seria, enfim, “alegre como um desgraçado”. Nesse sentido, o protagonista fantasia a pobreza como uma vida ideal de dignidades morais, imaginando que a precariedade material seria uma maneira de superar o travo amargo de sua trajetória. Após a projeção, retorna ao presente ameno em que “não canto nem rio”, reconhecendo “ao espelho, a dureza da boca e a dureza dos olhos”. À medida que a narrativa avança, suas feições tornam-se grotescas. Na condição insuportável da realidade, Paulo Honório projeta uma comunidade social menos desigual no passado, mas a dinâmica entre mando e obediência se mantém como modelo do delírio, como quando

penso no povoado onde seu Ribeiro morou, há meio século. Seu Ribeiro acumulava, sem dúvida, mas não acumulava para ele. Tinha uma casa grande, sempre cheia, o jerimum caboclo apodrecia na roça – e por aquelas beiradas ninguém tinha fome. Imagino-me vivendo no tempo da monarquia, à sombra de seu Ribeiro. Não sei ler, não conheço iluminação elétrica nem telefone. Para me exprimir recorro a muita perífrase e muita gesticulação. Tenho, como todo o mundo, uma candeia de azeite, que não serve para nada, porque à noite a gente dorme. Podem

rebentar centenas de revoluções. Não receberei notícia delas. Provavelmente sou um sujeito feliz.

Com um estremecimento, largo essa felicidade que não é minha e encontro-me aqui em S. Bernardo, escrevendo (Ramos, 2009, p. 110).

Nessa forma de vida primária e arcaica, ainda não atravessada pela “iluminação elétrica nem telefone”, a ordem da casa-grande é pretensamente mais vertical, já que seu Ribeiro, pai e patrão, “não acumulava para ele”, mas para os que viviam no entorno. Ali, “ninguém tinha fome”. A dimensão desigual do paternalismo trajado de familismo, nesse sentido, é romantizada, preservando as formas de exploração, como o “caboclo [que] apodrecia na roça”, mas em um convívio rigorosamente justo com regras igualitárias de convivência. Ali, “à noite a gente dorme” em paz. No mundo intocado pela modernidade, o herói “não sabe ler” e se comunica com “muita perífrase e muita gesticulação”. Sem letramento e saneamento, vive na precariedade comum, mas é um “sujeito feliz”. A projeção humanizadora, como visto, se move em direção ao passado. Contudo, em ambas as ordens temporais, na casa grande ou no eito, na realidade ou no delírio, a ordem patriarcal se impõe como fato, acusando o teor ideológico do narrador: disfarçada de benevolência, o estado desigual de miserabilidade parece bastar às formas de vida dos pobres, de sorte que o narrador não consegue imaginar uma forma de vida mais igualitária nem no passado, nem no presente, mantendo a ordem desigual do mundo. “Trata-se de uma cínica nostalgia da pobreza” (Facioli, 1993, p. 93), portanto. Em seguida, contudo, a realidade local se impõe novamente e o herói cai dessa “felicidade que não é minha” de volta ao mundo funesto, compondo o movimento alternante do capítulo que ora se passa na consciência delirante do protagonista, próxima à esfera dos sonhos, ora próxima à realidade, na incontornável condição aterradora que ele próprio conduziu e criou. A fabulação torna-se tentativa falhada de evasão do mundo e de reconstituição da integridade perdida, atuando como sintoma de sua tragédia.

Se a ruína de Paulo Honório é resultado inerente de sua trajetória pessoal e motivo de sua perspectiva cada vez mais melancólica, os processos de perda sofridos por Man’Antônio, por outro lado, são intencionais e por ele escolhidos como recusa ao retrato apiedado e lamentoso de si. Eis que, “intrágico, sem acentos viuvosos”, ele passa a tomar nova atitude, pois parte para o projeto de refazimento interior. Desse modo, “inaugurava-se” um novo homem: o “transitório”, aquele que aposta em formas de corrigir a realidade pelo faz de conta. Assim o faz, já que ordena aos servos que “faça-se de conta”, cumprindo em ato a proposta de reforma do mundo que Paulo Honório apenas imagina: reordena a fazenda impondo “um projeto, de se crer e obrar”. Em sua primeira reformação do mundo, remove moitas e arbustos do campo, a fim de “limpar a vista” e preparar a terra para a semeadura e colheitas. Toda a paisagem, assim, ia sendo desmontada com foices e facões “a derrubarem mato e cortar árvores” pelos empregados, “leigos” de sua situação e do que os aguardava pela frente. No trânsito entre “ter sido e vir a ser”, “o que existe dilui-se, desintegra-se; o que não há toma forma e passa a agir” (Rónai, 2020, p. 125), ou seja, o projeto fabular toma corpo. Se Paulo Honório é incapaz de reescrever sua trajetória marcada pelo paternalismo e de reformar sua interioridade brutal, a História de Man’Antônio, ao invés, vai sendo reformulada pela estória que

cria. A partir daí, corrige a realidade com uma ordem impulsionada pelo que chama de “indústriação”, performando a fabulação como compensação do mundo desencantado, esse que passa a ser recriado pela ordem imaginativa, fazendo de conta a própria vida.

Contudo, a ação física não parece movida por meros interesses econômicos, pois mesmo “tão próspero em seus dias, podia larguear, tinha o campo coberto de bois. Tudo se inestimava, porém, para Tio Man’Antônio” (Rosa, 2016, p. 89), isto é, a riqueza e a estabilidade anunciadas anteriormente já não são motivos de sua admiração, tampouco capazes de devolver o brilho aos seus olhos novamente. A razão da nova empreitada surge motivada de dentro, da insatisfação pessoal com algo que lhe falta. Uma vez que Man’Antônio e sua terra são um só, a reconstituição da paisagem parece ser a expressão do movimento da experiência subjetiva do coronel, que tenta curar o vazio desencantador deixado pela morte da esposa pela fertilização de uma nova vida em toda ela abundante. “Se o paiol limpo se deve de, para as grandes colheitas: como a metade pede o todo e o vazio chama o cheio” (Rosa, 2016, p. 89), a reconstituição do modo agrário de vida na fazenda trará novamente a totalidade da existência do protagonista. A ação de fabular para si, então, assume significado mais complexo do que a simples reescrita dos rumos da História por uma nova e encantada estória. Antes, consiste em reescrever um novo rumo à História dentro da estória, tornando realidade o que era mera vontade. Logo em seguida, resolve implementar a criação de gado na fazenda:

Um, que começaram. Seus pés-no-chão muitos camaradas, luzindo a sol-sim foices, enxadas, facões, obedeciam-lhe, sequacíssimos, no que com talento de braços executavam, leigos, ledos, lépidos. Mas ele guiava-os, muito cometido, pelos sabidos melhores meios e fins, engenheiro e fazedor, varão de tantas partes; associava com eles, dava coragem.

– “Faz de conta, minha gente... Faz de conta...” – em seu bom sussurro, lábios de entre-sorriso, mas severo, de si inflexível, que certo. Matinava, dia por dia, impelindo- os, arrastando-os, de indústriação, à dobrada dobadora, a derrubarem mato e cortar árvores, no que era uma reformação – a boa data de trabalhos (Rosa, 2016, p. 86).

Despido da viuvez trágica, Man’Antônio reconstitui sua inteireza. Enquanto o conteúdo da consciência de Paulo aflora no texto, desacelerando o ritmo da prosa em reflexões que retardam e prolongam as cenas, o tom vagaroso em “Nada e a nossa condição”, desse modo, ganha velocidade à medida que o fazendeiro abandona o gesto contemplativo e assume o novo ritmo que implanta na fazenda, como defende Lucas Simonette (2021, p. 89).

Como visto, o luto do fazendeiro desencadeia a vontade de reparar as desigualdades do mundo. No entanto, ele mantém aspectos de sua posição de poder, primeiro como “engenheiro”, porque reorganiza todo o espaço com objetivos definidos, e, depois, como “fazedor, varão”, porque aplica aos demais suas vontades inquestionáveis, já que somente ele tinha “sabidos melhores meios e fins”, excluindo os empregados de quaisquer intenções ou decisões. Aparentemente “manso tanto”, com falas ambíguas e gestos hesitantes, pois “sabia abanar a cabeça,

que não, que sim”, o agente da transição de ordens “guiava-os” e “associava com eles, dava coragem” para o trabalho braçal como um líder moral com seus “lábios de entre- sorriso” e, ao mesmo tempo, como um patrão “severo, de si inflexível, que certo” e “impelindo- os” sem aceitar questionamentos para as realizações de seus planos, avançando uma nova e moderna reformação sem abrir mão do exercício do poder. Assim, as reformas inauguram um novo homem sem deixar para trás, contudo, hábitos característicos da velha ordem.

“Feita a fantasia”, a fabulação tornada realidade, movida pelo desejo de reforma interior, ganha também explicação objetiva: o enorme descampado da fazenda vai servir como amplo espaço ao gado, utilizando as “árvores deixadas para darem sombra aos bois no ruminar do calor”. Aquilo que atua como expressão da experiência do sujeito se revela também ação dirigida pela “previdente e calculadora sabedoria” (Rónai, 2020, p. 127) do patriarca, que, além disso, “também profetizara, nos negócios, e fora adivinho. Porque subiu, na ocasião, considerável, de repente, o preço do gado, os fazendeiros todos querendo adquirir mais bois e arrumar e aumentar seus pastos” (Rosa, 2016, p. 88). Desse modo, o velho patrão não só instrumentalizou a reforma das terras como “ocasião” vantajosa, como adiantou-se ao novo modelo econômico nacional à frente dos seus vizinhos, “passando-lhes à frente e sem nenhum alarde”. Nesse momento, “assumindo plenamente a condição móvel da vida, a transiência do devir, converte-se no ‘transitoriante’, termo cujo sufixo, ‘ante’, claramente indica que Man’ Antônio é o agente, o titular da ação: é ele quem rege a própria transição” (Quintella, 2019, p. 17).

Pouco tempo depois, suas filhas “noivaram e se casaram”. O distanciamento, contudo, não é motivo de dores para o protagonista, que permanece “sozinho sim, não triste”. À medida que vai se despojando da posse do mundo e dos outros, esse afigura novamente enfeitado de felicidade e encanto. Afinal, o luto para Man’ Antônio é engrenagem motivadora para a transmutação e inauguração do homem em novo, ou seja, a experiência da perda atua como disparo para o processo constante de mudança, curso natural da vida. Em outras palavras, é como se morte e vida fossem duas constantes, uma vez que a primeira impulsiona a segunda. Por esse motivo, o protagonista atravessa os despojamentos com “esperança”.

O conto de fadas atinge seu ápice numa visão de mundo sem contradições, que tem como núcleo o fazendeiro “beneplácito”: toda a ordem do mundo é, nele, uma só novamente. Mesmo assim, “permaneceu, de outrora a hoje-em-diante, ficou, que. Ali, em sua velha e erma casa, [...] feita uma mansão suspensa” (Rosa, 2016, p. 88). Como resultado, os tempos de felicidade retornaram para o protagonista, reintegrando a harmonia de sua consciência pelo despojamento da posse.

5. a condição social dos pobres

Em ambas as projeções de reformas dos protagonistas, contudo, os empregados, ainda que assalariados, permanecem inseridos na modernidade de modo ambíguo e contraditório. Em *S. Bernardo*, por exemplo, Paulo Honório inicia um devaneio em que imagina superar a crise que envolve sua vida, pois a

propriedade se poderia reconstituir e voltar a ser o que era. A gente do eito se esfalaria de sol a sol, alimentada com farinha de mandioca e barbatanas de bacalhau; caminhões rodariam novamente, conduzindo mercadorias para a estrada de ferro; a fazenda se encheria outra vez de movimento e rumor (Ramos, 2009, p. 108).

Pela projeção, conquistaria a harmonia da propriedade novamente, vislumbrando uma fazenda mais modernizada pela “estrada de ferro”. A imagem de mudança pelas implementações, entretanto, não se estende à população pobre do eito, que permanece sob constante trabalho “de sol a sol” e “alimentada com farinha de mandioca”, ou seja, a projeção visa consertar o mundo por meio de uma modernidade seletiva, mantendo e conservando os empregados na mesma condição de antes. Os pobres moradores, além disso, seriam indistinguíveis na condição de “animais tristes”, visto que a reforma da fazenda produziria “muito choro e haveria muita praga. As criancinhas, nos casebres úmidos e frios, inchariam roídas pela verminose” (Ramos, 2009, p. 109). A condição de miserabilidade dos empregados, porque no limiar entre ação trabalhista e exploração servil, acusa os limites da proposta reformista, afirmando a manutenção do atraso na condição de vida insalubre como base da reforma projetada. Esta que, aliás, seria tributária de alguma humanidade perdida, posto que “Madalena não estaria aqui para mandar-lhes remédio”. O devaneio, desse modo, parece manter a lógica excludente do fazendeiro aos empregados, descritos por ele como

Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como o Padilha, bichos do mato, como Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo, bois mansos.

[...]

Se eu povoasse os currais, teria boas safras, depositaria dinheiro nos bancos. compraria mais terra e construiria novos currais. Para quê? Nada disso me traria satisfação (Ramos, 2009, p. 109).

Além de miseráveis, os empregados da fazenda são desumanizados não só pelo trabalho servil, mas pela descrição grotesca que os animaliza e agrupa com base nas funções que exercem ao patrão: há os “bichos domésticos”, os do “mato” e os do “serviço do campo”, todos “bois mansos”. Mesmo a chegada de “lâmpadas elétricas” não era capaz de estabelecer novas relações trabalhistas, mas apenas ilumina a dinâmica obscura do trabalho. Ainda que Paulo Honório “povoasse os currais, teria boas safras, depositaria dinheiros nos bancos, compraria mais terra e construiria novos currais” (Ramos, 2009, p. 109), a mão de obra, indefinida como pasto humano, seria mantida nas mesmas condições de antes. O protagonista poderia se adequar ao novo regime econômico e lucrar novamente, mas reproduziria o modelo arcaico de exploração, de modo que a reforma projetada não constitui uma ordem menos desigual, mas contínuas formas de subjugação para os empregados. Reconhecido um “explorador feroz”, o protagonista toma consciência de sua incapacidade em se corrigir: “Se fosse possível recomeçarmos... Para que

enganar-me? Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige” (Ramos, 2009, p. 110), de forma que é apenas no passado, local do convívio pacífico e humanizador, que Paulo Honório projeta a felicidade e imagina alguma forma de socialidade menos violenta, enquanto a bruteza e a desigualdade da vida dos empregados impulsionam os seus projetos com o “banco” e o “gado”. Assim, a proposta de reforma seletiva atinge somente as bases econômicas do patrão, enquanto os pobres ficam sem eira e nem beira, indicando a manutenção social da desigualdade e íntima do caráter moral do herói.

A feição clandestina da sua imaginada transformação de mandante em figura benevolente parece forjar um retrato moral de arrependimento. No entanto, o protagonista não pretende se aproximar dos que lhe servem. De maneira cíclica, inicia e termina sua vida cumprindo os mesmos atos, uma vez que é incapaz de reproduzir qualquer forma moderna de convívio democrático e de escuta da alteridade, como quando, por exemplo, narra uma das famílias que trabalha para si:

A molecureba de mestre Caetano arrasta-se por aí, lambuzada, faminta. A Rosa, com a barriga quebrada de tanto parir, trabalha em casa, trabalha no campo e trabalha na cama. O marido é cada vez mais molambo. E os moradores que me restam são uns cambembes como ele.

Para ser franco, declaro que esses infelizes não me inspiram simpatia. Lastimo a situação em que se acham, reconheço ter contribuído para isso, mas não vou além. Estamos tão separados! A princípio estávamos juntos, mas esta desgraçada profissão nos distanciou (Ramos, 2009, p. 110).

Pela descrição, o protagonista reafirma o seu ajuizamento de classe diante dos seus empregados ao se referir a “mestre Caetano” como “molambo” e seus primogênitos como bando de “molecureba”, cujo sufixo “eba” tem valor depreciativo. A distância entre o proprietário e sua gente pobre em nada parece ser revogada. Antes, o protagonista reitera “que esses infelizes não me inspiram simpatia”. Mesmo após o fim trágico de sua esposa e a derrocada econômica, não consegue e nem pretende abolir o abismo de classe ou se aproximar dos que explora, acusando “o caráter de seu discurso autoritário, excludente e antidialógico” (Facioli, 1993, p. 54). Conformado com sua posição, declara: “Estamos tão separados” e isto basta. Além disso, põe a responsabilidade de sua brutalidade no exercício da “profissão”, pois “ela que me deu qualidades tão ruins”, assim como “a desconfiança é também consequência da profissão”. Isto é, o protagonista não se redime e nem assume inteiramente sua culpa, colocando-a no meio como fator determinante: “foi este modo de vida que me inutilizou”. Em lugar de revogar e se arrepender das ações que praticou, tenta traçar um perfil vitimado, a fim de aliviar o peso da culpa sem conseguir mudar de fato. Reproduz, como visto, o mesmo pensamento violento que calejou sua humanidade.

Já as reformas de Man’ Antônio tornadas realidade, por sua vez, carregam sua ambiguidade característica: ainda que desaparece de tudo, desvencilhando-se de seus bens mais preciosos, não consegue abrir mão de traços característicos da antiga ordem, pois seus empregados, “esforçados e avindos, lerdos e mandriões, [talvez]

nem percebessem ali sujeição e senhoria, senão que, de siso, estimavam-no, decerto, queriam-lhe como quem” (Rosa, 2016, p. 89). O paternalismo do fazendeiro trajado de familismo “em seu dito cuidar e encaprichar-se” esconde a desigualdade conservada dentro do projeto de transição, empurrando aos “muitos camaradas” as condições de “sujeição e senhoria” sob nova feição, reproduzindo os mesmos hábitos de antes. Ausente a participação dos empregados nas decisões, o coronel manda como antes.

Tal condição parece mudar quando promove sua segunda grande reforma: “doou e distribuiu suas terras” aos empregados, mas “tudo procedido à quieta, sob espécie, com o industrioso de silêncios, a fim de logo não se espavitar todo-o-mundo em cobiça, ao espalhar-se o saber do que agora se liberalizava ali, em tanta e tão espantosa maneira” (Rosa, 2016, p. 89). A fim de não estimular a cobiça alheia, segundo explica o narrador, todo o processo de desfazimento de bens ocorre de modo sigiloso e movido pela remissão do protagonista, que conclui o projeto de sua reforma pessoal. “Amerceamento justo – ou era a loucura e tanta? O grande movimento é a volta. Agora, pelos anos adiante, ele não seria dono de mais nada, com que estender cuidados” (Rosa, 2016, p. 89). Enquanto isso, “ele mesmo, de seu dinheiro ganho”, enviava à sua família os últimos fundos de suas riquezas. “Ainda bem que genros e filhas nada querendo mais ter com aquela a-pique difícil fazenda, do Torto-Alto” (Rosa, 2016, p. 89), pois já não tinham qualquer posse daquelas terras. Cada vez mais Man’Antônio despoja-se de suas posses, transição que marca o rumo a um novo e derradeiro encantamento: o despojamento total. Dito de outro modo, a experiência da perda impulsiona no fazendeiro a transmutação completa do ser. Daí que o “fazer de conta” passe, pouco a pouco, a se confundir com viver, pois o fazendeiro coloca em realidade a sua fabulação, ou seja, ele “faz o nada acontecer” (Quintela, 2019, p. 19) e esse que conduz ao todo, de modo que o mito passa a ser a própria experiência da vida.

Os empregados, por sua vez, finalmente alcançariam o estado de humanidade. Ainda assim, esses permaneciam sendo evocados como “seus tantos servos, os benevolenciados, irreconheciam-no. Vai, ao ver, porém, que valia, a dádiva, rejubilavam-se de rir, mesmo assustados, lentos puladores, se abençoando” (Rosa, 2016, p. 89). Apesar de suas reformas, Man’Antônio conserva traços da antiga ordem, como o velho sino usado no antigo engenho para “comandar escravos assenzalados”, ou seja, a entrada da distribuição agrária esconde a lógica patriarcal permanente, movimento formalizado na ambiguidade da palavra “engenheiro”, substantivo atribuído ao protagonista que se refere tanto à esfera do ensino superior, quanto à colonial como dono de engenho. A grande massa de “pretos, brancos, mulatos, pardos” de empregados, agrupados pela condição social comum, dá vida ao “faz de conta” do fazendeiro e, ao mesmo tempo, permanece nas margens da fantasia, tornando sua situação igualmente ambígua: são trabalhadores chamados de “servos”, membros próximos da casa-grande e, ao mesmo tempo, distantes do poder, construtores da reformação do futuro e mantidos na impossibilidade de decidirem os rumos de sua vida, cumpridores do “faz de conta” modernizador e incapazes de se colocarem num mundo igualitário entre patrão e empregados. Em outras palavras, a desigualdade social se afeiçoa à reforma econômica de terras, mantendo traços da antiga ordem, pois o fazendeiro

Fazia de conta nada ter; fazia-se, a si mesmo, de conta. Aos outros – amasse-os – não os compreendesse. Faziam de conta que eram donos, esses outros, se acostumavam. Não o compreendiam. Não o amavam, seguramente, já que sempre teriam de temer sua oculta pessoa a respeitar seu valimento, ele em paço acastelado, sempre majestade. Por que, então não se ia embora então, de toda vez, o caduco maluco estafermo, espantalho? Sábio, sedentariado, queria que progredissem e não se perdessem, vigiava-os, de graça ainda administrava-os, deles gestor, capataz, rendeiro. Serviam-no, ainda e mesmo assim. Mas, decerto, milenar e animalmente, o odiavam (Rosa, 2016, p. 90).

Apesar das reformas, Man’Atônio continua sendo visto hoje e “sempre [como] majestade”, conduzindo-os, pois “queria que progredissem e não se perdessem”. Exercendo o papel de domínio trajado de familismo, o acastelado-fazendeiro mantém algumas de suas práticas de dominação dos pobres, pois “vigiava-os, de graça ainda administrava-os” como se fossem os empregados sem terra de antes. Mesmo após efetivada a distribuição, os servos “sempre teriam de temer sua oculta pessoa a respeitar seu valimento”, pois seu poder de influência e fascínio sobre os outros permanece, já que sua figura indecifrável “a todos se impunha” como núcleo da ordenação social; permanecendo numa ordenação social que não almeja a participação popular e que depende das trepidações do “caduco maluco estafermo” senhorio.

6. O sertão dentro das coisas

Ambos os protagonistas, como visto, tentam apresentar novos comportamentos, mas enquanto Paulo Honório se revela incapaz de mudar, Man’Antônio descobre novas faces de si, assumindo novos comportamentos e mantendo alguns de seus hábitos ao longo das narrativas, movimento ambíguo entre mudança e permanência que ocorre representado em seus epítetos. Na passagem entre “ter sido e vir a ser”, isto é, entre mandatário e modernizador, o fazendeiro se converte diversas vezes ao longo do conto. Quando inicia sua primeira reforma, é descrito pelo adjetivo “transitório” por impor um novo regime ao mundo, transmutando o “vestido de funesto e intimado de venturoso” empreendedor. Depois, é evocado pelo neologismo “transitoriante”, quando resolve implementar a reforma de terras. Conforme se despoja do poder, a palavra muda de classificação e sentido, como analisou Lucas Simonette (2021, p. 116). Assim, a alteração morfossintática da palavra representa não só o progressivo processo de despojamento material, como a reforma interna da condição do protagonista, que se inclina verticalmente a noções mais potentes e afirmativas de mudança, isto é, a alteração representa cada uma das fases do seu trânsito de uma condição à outra. A reiteração desse movimento de passagem ocorre também pela constante referência sonora e morfológica à palavra “trânsito” em outras formas gramaticais, como “translucido”, “transpassava”, “transparência” e “transclaro”. A alteração gramatical do vocábulo “transitório” representa não apenas o sentido de mudança,

nesse sentido, mas também indica o inventivo trabalho do autor com o teor das palavras, uma vez que “submete-o a uma experimentação incessante, para testar-lhe a flexibilidade e a expressividade” (Rónai, 2020, p. 133).

Apesar dos resquícios coloniais em suas ações, a inesperada decisão de desapegos materiais de Man’Antônio revela, antes, a profunda mudança interior a que se submete por sua própria opção. O lucro e as terras passam a ser elementos dispensáveis, inúteis para o novo projeto de homem em vigor. É como se a perda da posse material equivalesse à construção da humanidade interior – aquilo que Paulo Honório falhou em atingir –, representando os momentos essenciais da transição do protagonista para o encantamento final: “morreu, fez de conta”. A disposição paratática, unindo sequencialmente o verbo “morrer” e o “faz de conta”, pressupõe que vida, morte e fabulação passam a ser momentos de uma coisa só. Dito de outra forma, o progressivo e completo despojamento e refazimento conduz Man’Antônio ao *Nada* como o grande movimento: a morte do criador garante a eternidade da sua fantasia, pois “no destinado se convertera”, ou seja, já não é mais um homem, mas a própria fabulação que criou, condição própria do mito. Vida e “faz de conta”, então, parecem não só imbricados, como serem condição essencial de um para o outro. Isto é, *é como se a estória passasse a ser a própria História*, pois já não importa mais o homem verídico diante de sua criação lendária, essa que surge como a realidade primeira.

Aspectos do mito também circundam a narrativa de Paulo Honório. Primeiro, ele ensaia formas menos violentas de vida, tentando se converter em explorado na figura do humilde esposo de Germana e, depois, como fiel agregado de seu Ribeiro, mas deságua no autorretrato animalizado como dominador voraz. Primeiro como “porco” e, ao cabo, como licantropo:

Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes. Se Madalena me via assim, com certeza me achava extraordinariamente feio. Fecho os olhos, agito a cabeça para repelir a visão que me exhibe essas deformidades monstruosas.

A vela está quase a extinguir-se.

Julgo que delirei e sonhei com atoleiros, rios cheios e uma figura de lobisomem (Ramos, 2009, p. 111).

Treva sob o luar circunda o ambiente obscuro dos últimos momentos do romance de 1934, colocando de parte a racionalidade e envolvendo o narrador-protagonista na bruma luminescente de uma vela em meio à calada da madrugada. Sem contato exterior algum ante a “janela fechada”, o fio da consciência e esclarecimento que resta refuga as bases do conhecido e se mescla com as fronteiras do simbólico. Mesmo assim, a visão turva de Paulo Honório enxerga o traçado avolumado de partes enormes de seu corpo. Nariz, boca e dedos compõem a autoimagem de um “lobisomem”, figura lendária própria dos folclores. Desse modo, se reconhece como uma projeção fantasmagórica, aproximando-se de estados próprios dos contos de fadas.

Sinal de mau agouro, a figura mítica da noite traz consigo, contudo, um diagnóstico para a violenta formação social do protagonista em meio à bruteza de

uma terra em que, às margens do humano e da barbárie, se cruzam o tempo todo: o homem que, nela crescido e promotor de golpes, teve de escalar pela violência algum lugar no mundo. Para vencer nessa ordem, se fez bicho, matando para viver e despojando-se de sua humanidade, de modo que somente pela prática brutal de violência aos outros que pode constituir, paradoxalmente, uma formação burguesa, como reconheceu Carlos Nelson Coutinho (1967, p. 153). Isto é, teve que se desumanizar e se embrutecer para ascender na ordem constitutiva do país, tornando-se figura ambígua que utiliza a desordem para ascender à ordem. “O resultado é que endureci, calejei, e não é um arranhão que penetra esta casca espessa e vem ferir cá dentro a sensibilidade embotada” (Ramos, 2009, p. 108). Assim, a busca pela acumulação privada e o protagonista, “por sua forma arcaica de posse e dominação, não foram capazes de gerar uma sociabilidade integrativa, uma comunidade moderna”. (Facioli, 1993, p. 55). O modo bárbaro de comportamento que particulariza sua trajetória de ascensão social é também a ordem que constitui seu tempo histórico, o fim da República Velha. Como se sabe, esse período ficou conhecido pela mistura entre esfera pública e o exercício arbitrário de poder dos coronéis; movimento histórico implicado, com efeito, nas transgressões que Paulo Honório comete para performar suas vontades como fazendeiro. Basta pensar nas ameaças a Padilha, na expansão territorial ilegal da fazenda e nos crimes de todas as espécies que cometeu. Em outras palavras, a *infração é a ordem* constitutiva do exercício de poder e único caminho possível de acúmulo privado no país. Daí que o regime arcaico do mandonismo se torna presente em todos os passos e projetos burgueses do protagonista, enquanto a dimensão de uma sociedade democrática e igualitária se faz lenda. Como reconheceu Ana Paula Pacheco (2010, p. 81), o atraso constitui a realidade e a marcha dos novos tempos, ao passo que o vislumbre de um mundo mais justo permanece como coisa do passado, próprio da vida feliz morando no eito com Germana ou servindo seu Ribeiro. De modo ambíguo, suas práticas arcaicas se ligam, estranhamente, à marcha do desenvolvimento de sua fazenda e de sua vida, constituindo a ordem do avanço e progresso do futuro, como a implementação de uma nova disposição agrícola na fazenda, pela reposição do atraso.

O acirramento da decadência de Paulo Honório, no entanto, se deve tanto ao avanço da Revolução de 30, já dissemos, quanto ao suicídio da esposa, objeto ao qual impunha seu domínio. Incapaz de se modernizar ou de viver num mundo em que sua brutalidade deixa de ser ordem do dia, tanto na dimensão social, quanto na dimensão íntima do matrimônio, o mandonismo como único modo de vida que conhece fica deslocado de sentido e traz à tona sua feição animalizada, isto é, “sem o exercício da violência sobre os outros o sujeito se vê finalmente como menos do que homem” (Pacheco, 2010, p. 82). A imagem deformada e embrutecida do lobisomem, esfera mística dos contos de fadas, traça os resultados da aplicação da lógica do capital no homem, porque teve de animalizar-se para vencer na ordem econômico-social do país: é da anulação da alteridade e de sua própria humanidade que Paulo forjou sua trajetória, essa que surge às custas da incapacidade de consolidar uma existência e vida plena. Em resposta, o processo de fabulação e escrita tentam reconstituir a experiência perdida, mas não são capazes de recompor a inteireza do humano em Paulo Honório.

Isto é, a feição monstruosa da brutal dinâmica social brasileira surge representada pela dimensão lendária e esclarece as contradições da História, lendo-a melhor pelas suas potencialidades imaginativas. Uma forma de experimentação

do realismo emerge do mito, revelando uma condição ambígua do sujeito: no bojo do símbolo patriarcal, reside um homem que não é homem, mas bicho que resulta da violenta busca pelo acúmulo privado e pela destruição da alteridade como sua formação, performando a destruição do outro como imaginada possibilidade de construção de uma vida. Assim, as “deformidades monstruosas”, que surgem pelo ato inventivo de escrever e culminam na figura do lobisomem, dão a ver melhor a bárbara e desumanizadora lógica objetiva do sistema econômico-social que estrutura a realidade e que fez parte da constituição subjetiva do protagonista, compondo um esclarecimento e enquadramento integral do mundo pela deformação da realidade e pela revogação da razão no mito, ou seja, elas *deformam as bases racionais do mundo para enquadrar a ordem desordenada* em que ele se estrutura; emergindo um “realismo deformador”² (Gimenez, 2018, p. 190) pela negação da realidade e, ao mesmo tempo, capaz de traçar um diagnóstico aprofundado do mundo, como se a humanidade perdida só pudesse ser vista naquilo que não é humano e que escapa ao tempo reificado da realidade. Daí que, somente como monstro, o protagonista vislumbra a imagem retorcida de sua subjetividade. Não há vitória do humano, portanto, mas da “reificação” (Lafetá, 1978, p. 55): como Paulo Honório é tudo que domina e, sem ter o que possuir ou subjugar, não é nada senão homem dos destroços.

O grotesco na dimensão do mito também se mantém ao final de “Nada e a nossa condição”, momento em que o símbolo do sistema patriarcal é ameaçado de ser consumido:

Assim, a vermelha fogueira, tresenorme, que dias iria durar, mor subia e rodava, no que estalava, septo a septo, coisa a coisa, alentada, de plena evidência. Suas labaredas a cada usto agitando um vento, alto sacudindo no ar as poeiras de estrume dos currais, que também se queimavam, e assim a quadraginta escada, o quente jardim dos limoeiros. Derramados, em raio de légua, pelo ar, fogo, faúlhas e restos, por pirambeiras, gargantas e cavernas, como se, esplendidíssimamente, tão vã e vagalhã, sobre asas, a montanha inteira ardesse. O que era luzência, a clara, incôgrua claridade, seu tétrico radiar, o qual transpassava a noite.

Ante e perante, a distância, em roda, mulheres se ajoelhavam, e homens que pulando gritavam, sebestos, diabruros, aos miasmas, indivíduos. De cara no chão se prostravam, pedindo algo e nada, precisados de paz (Rosa, 2016, p. 51).

Na noite adentro, tem início a queima da casa-grande erguendo-se sob a paisagem natural da fazenda, como se “a montanha inteira ardesse” ante a luminescência e a fumaça das chamas, “o qual transpassava a noite”. A gradação de cores entre a “claridade” do fogo e a vasta escuridão da noite dá força ao cenário medonho da grande fogueira cobrindo feito “asas” de fuligem o céu estrelado e, ao mesmo tempo, preenchido com o canto trágico dos empregados que clamavam em dor o incêndio da morada do fazendeiro. A contradição desse lamento coletivo

² O crítico retoma a discussão acerca das especificidades do realismo do autor alagoano iniciada por Otto Maria Carpeaux ([s.d.] apud Gimenez, 2018, p. 190).

diante da destruição do símbolo do poder patriarcal, porém, guarda alguma coerência: no mundo em que o patriarcado se refaz no presente, aperfeiçoando-se do plantio ao gado e da posse de terras ao capital privado, a voz coletiva dos pobres carrega uma frágil consciência da desigualdade social como condição incontornável, antevendo uma “enormidade de males e absurdos castigos”, posto que as formas violentas de exploração colonial “recairiam” mesmo após morto o fazendeiro. Tomados pelo medo coletivo em face de um futuro incerto, o grupo de empregados emerge desumanizado: no amplo pasto e “de cara no chão”, as “mulheres se ajoelhavam, e homens que pulando gritavam, sebestos, diabruros, aos miasmas, indivíduos” (Rosa, 2016, p. 91). As figuras sebestas (porcas, sebosas), exalando a putrefação das “poeiras de estrume dos currais” queimados, rastejam em súplica, cujo traçado grotesco repisa a tragicidade de sua condição uníssona, compondo a imagem de um grande curral humano. Mesmo após a morte do algoz e a queima do ícone de seu poder, não atingem a condição cidadã. Antes, são menos que gente, animalizados e regredindo para condições sub-humanas qual porcos confundindo-se na noite com os rebanhos que ali pastam de dia. Sem eira nem beira, vivem como “sequazes homens” acostumados “só de ser, servir e viver”. Da bruteza do trabalho braçal como única forma de existência que conhecem, surgem quase homens, pois a violenta formação de suas subjetividades é atrelada e determinada em servir à “necessidade de desígnio” do patrão. Meio gente, meio bichos, a massa inumana e indistinta na condição de extrema bestialização permanece como antes, “pedindo algo e nada, precisados de paz”. Nem a distribuição de terras nem a morte do patrão garantem a sua autonomia social como indivíduos burgueses, pois chegam ao fim temerosos e incertos nos rumos de sua vida, curvando-se ao poderio. Mantidos à margem do processo histórico do capital, os empregados regridem a condições bestializadas, inflados pelo mito que criaram e presos na fabulação que passa a ser a própria História: são os porcos que preenchem a paisagem descampada, mesmo após morto o fabulador de estórias.

Justamente na passagem de décadas entre ambas as narrativas, as fronteiras entre humano e inumano, ordem arcaica e modernidade, continuam se cruzando, trazendo à tona pela ambiguidade as moléstias do sistema patriarcal e as contradições da modernidade pelo mito: o símbolo da decadência do poder surge, de um lado, encarnado por um lobisomem, e, do outro, cultuado por um grupo de meio homens e meio porcos. Como analisou Luiz Roncari (2023), *é como se estivéssemos num tempo que é do místico e, ao mesmo tempo, historicamente determinado, ou seja, de volta ao mundo ambíguo do Sertão* como instância social pretensamente superada, local em que os limites entre a realidade e a fabulação, a ordem e a desordem se alternam a todo momento, “coexistindo mescladas no sertão que é o mundo misturado. Não é à toa que esse é o lugar do atraso e do progresso imbricados, do arcaico e do moderno enredados” (Arrigucci, 1994, p. 17). Mesmo após a chegada da Revolução de 1930 e, três décadas depois, as prerrogativas do Governo de Juscelino Kubitschek, aspectos do mito e da esfera do Sertão continuam constitutivos não apenas da realidade, mas do próprio movimento da História nacional.

Seja como for, as imagens finais apontam a incapacidade de se constituir de modo pleno uma socialidade moderna no país, de modo que a modernidade parece se constituir do regime do mandonismo, do acúmulo desigual e da exclusão

das massas pobres. Desse modo, o “fazer de conta” de ambos os protagonistas está calcado nos processos materiais da história da acumulação privada do capital no país.

7. considerações finais

O tema do patriarcado costuma ser analisado na literatura, por vezes, como característica da realidade social imediata e distinto, supostamente, das formas de fabulação. Mito, de um lado, e realidade, do outro, no entanto, se revelam no seio da obra literária como partes integrantes um do outro. Ambos os protagonistas de Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, por sua vez, parecem oscilar o tempo todo nessa relação complementar, de modo que o “fazer de conta” parece não só se confundir com a vida, como ser a própria ação de viver.

Ao final da trajetória de Paulo Honório e Man’Antônio, como analisado, ambas as narrativas compõem o retrato deformado do patriarcado, rompendo a representação objetiva e racional pela intromissão de imagens grotescas e ambíguas próprias do campo do mito e da esfera do Sertão como imagem desfigurada e representativa do processo social brasileiro. Na recusa da História pela estória, assim, o “fazer de conta” dos protagonistas apreende não só a experiência da existência desses sujeitos, como as ambiguidades da modernidade, compondo a contrapelo um enquadramento do mundo pelo mito e como este passa a ser a própria realidade; fato que reconstitui uma História mais íntegra e profunda.

referências bibliográficas

ARRIGUCCI, Davi. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. *Revista Novos Estudos Cebrap*, n. 40, 1994, pp. 7-29. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-40/#59154c7296baa>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: Ensaio sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica bibliografia. *Revista de Administração de Empresas*, v. 11, 1971, pp. 85-92.

COUTINHO, Carlos Nelson. Graciliano Ramos. In: *Literatura e Humanismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FACIOLI, Valentin. Detera: ilusão e verdade-sobre a (im)propriedade em alguns narradores de Graciliano Ramos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 35, pp. 43-68, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i35p43-68>. Acesso em: 29 fev. 2024.

GIMENEZ, Erwin Torralbo. O capítulo 19 de São Bernardo: fusão, transfusão, confusão. *Literatura e Sociedade*, v. 23, n. 28, pp. 183-193, 2018. DOI: Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/152440>. Acesso em: 29 fev. 2024.

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*, v. 58, 1978, pp. 192- 217.

PACHECO, Ana Paula. A subjetividade do Lobisomem (São Bernardo). *Literatura e Sociedade*, v. 15, n. 13, 2010, pp. 66-83. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i13p66-83>. Acesso em: 29 fev. 2024.

PACHECO, Ana Paula. *Lugar do mito: narrativa e processo social nas Primeiras estórias de Graciliano Ramos*. São Paulo: Nankin, 2006.

QUINTELLA, Carolina Raquel do Amaral. *O grande movimento é a volta: “Nada e a nossa condição”, de Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

RAMOS, Graciliano (1934). *São Bernardo*. São Paulo: Record, 2009.

RÓNAI, Paulo. *Rosa & Ronai: o universo de Guimarães Rosa por Paulo Rónai, seu maior decifrador*. In: MARTINS, Ana Cecília Impellizzeri (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

RONCARI, Luiz. Primeiras estórias: o livro das margens (Notas de aula). In: *Fortunas críticas: história da crítica literária brasileira através de autores ou obras (Curso de pós-graduação)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023.

ROSA, João Guimarães. Nada e a nossa condição. In: ROSA, João Guimarães Rosa. *Primeiras estórias*. Nova Fronteira, [1962] 2016, pp. 84-91.

SIMONETTE, Lucas. *Figurações do patriarcado em Guimarães Rosa: leitura de A volta do marido pródigo, Nada e a nossa condição e Esses Lopes*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2021.tde-28062021-183128>. Acesso em: 27 fev. 2024.